



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640105 - SP (2021/0012974-0)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL TOLEDO  
**ADVOGADOS** : NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA TOLEDO PRUDENTE -  
CENTRO UNIVERSITÁRIO  
MURILO SIMM HAIDAMUS - SP434554  
PEDRO FERNANDES NEGRÉ - SP444234  
GUSTAVO STUANI GASQUE - SP445753  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOSE RENATO PIRES DE CAMPOS  
**CORRÉU** : NELSON RODRIGUES DOS SANTOS  
**CORRÉU** : JUNIOR AMORIM BEZERRA LOPES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSÉ RENATO PIRES DE CAMPOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0015833-82.2014.8.26.0482).

O paciente foi condenado como incurso no art. 155, §§1º e 4º, inciso IV, do CP, e no art. 244-B da Lei n. 8.069/90, à pena de 4 anos, 2 meses e 23 dias de reclusão e pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa, no valor mínimo legal.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal na dosimetria da pena, apontando a necessidade de se adotar a compensação integral entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão, nos termos do art. 67, do CP.

Defende ainda ser desproporcional a fixação do regime inicial fechado com fundamento apenas no reconhecimento da reincidência.

Requer, liminarmente e no mérito, a compensação das circunstâncias agravantes e atenuantes, com a fixação do regime inicial aberto de cumprimento de pena ou, subsidiariamente, o regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência